

Políticas públicas como utopia para Guiné-Bissau e a falácia da democracia

Antônio Evaldo Almeida Barros
Aylana Cristina Rabelo Silva
Euclides Mendes de Carvalho

RESUMO

Este artigo propõe-se a uma reflexão da presença de uma utopia (sonho) na nação (Sociedade Guineense) construída com a promessa do desenvolvimento da Guiné-Bissau, situação falsa e cheia de ilusões criada pelo Estado (Governo), com discurso de melhoria de vida nas principais estruturas sociais, como: saúde, educação, urbanismos e inclusão social, embora exista uma crise estrutural no país, em termo das políticas públicas sociais e das instituições do Estado. Neste sentido podemos afirmar que a situação se deveu por um lado essencialmente, na incapacidade do partido único Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) no poder que unia duas nações que gritavam o Hino que lhes eram comum (Ramos do mesmo tronco). A Guiné-Bissau apresenta uma estrutura social heterogênea, composta por aproximadamente cerca de vinte grupos étnicos, e, destes, alguns já em extinção. À semelhança de grande parte de países africanos, essa composição social aliada ao baixo índice de alfabetização e à pobreza extrema têm sido problemas que obstaculizam o funcionamento das instituições. Contudo, a existência do componente étnico continua sendo negligenciada pelo poder público e, às vezes, por alguns analistas descuidados com o cenário político-social local como um dos entraves ao processo democrático nacional, no entanto, da construção de uma verdadeira nação.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Utopia. Democracia representativa.

1 Introdução

Passados 44 anos da declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau feita pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em 1973 e 43 anos do seu reconhecimento por Portugal e grande parte da comunidade internacional, estamos agora numa boa distância crítica para indagar o quanto os projetos do desenvolvimento da Guiné-Bissau e sonhos caros aos nacionalistas que combateram os Portugueses foram realmente alcançados e implementados pelo Estado (Governo).

Para entender melhor o conceito de Estado, é essencial identificar como alguns intelectuais definem o Estado. Em termos conceituais, a forma como a questão do Estado foi analisada pelos três clássicos respeitou os grandes princípios da definição acima. Em Marx, contudo, o governo se serve

da estrutura do Estado como instrumento do exercício do poder da classe dominante sobre o conjunto da sociedade; enquanto que em Weber, o Estado é uma instituição burocrática que detém o monopólio do uso da violência física, sendo, portanto, uma fonte legítima do poder em uma dada sociedade (WEBER, 1982); finalmente, em Durkheim, o Estado promove e protege os direitos dos indivíduos perante os grupos sociais a que ele pertence, seja, por exemplo, um sindicato ou sua própria família. É um órgão dotado de um corpo de funcionários treinados e contratados de maneira pública por concursos legais em exames que avaliam seu saber específico e sua competência técnica. O Estado é ainda regido por regras relativamente estáveis e, dessa forma, é o executor do poder político. É por meio dele que age o governo. No entendimento de Weber, que se referiu ao Estado ainda como o resultado da lenta separação entre o chefe político e os meios (estrutura administrativa) pelos quais ele exercia sua autoridade. O exercício das funções administrativas ficava a cargo, nas sociedades modernas, de um corpo de funcionários que agia de acordo com uma série de regras definidas por autoridades competentes, e isso de forma racional e legal. A esse conjunto de regras e funcionários, hierarquicamente organizados, Weber chamou de burocracia.

O nosso interesse na construção deste artigo está na identificação da escassa literatura existente sobre a questão política-social da Guiné-Bissau, a ilusão criada pelo Estado (Governo) para nação (Sociedade civil) que as políticas públicas serão desenvolvidas de forma plena, alimentando um discurso que a sociedade Guineense viverá uma Guiné-Bissau melhor, em que a saúde, educação e urbanismos tornarão prioridade à nação. Pretendemos trazer aqui, como proposta de estudo, uma discussão sobre a questão dos sucessivos governos dos dois partidos que domina o cenário político Guineense e os limites da consolidação democrática e do estado de direito em Guiné-Bissau, o conceito de Estado compreende, portanto “além do aparelho governo, também o ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2000, p. 254-255) evidentemente que há em Gramsci uma distinção entre eles, pois seus mecanismos diferem dos defendidos pela teoria liberal que separa Estado e Sociedade civil. Antes, considera a sociedade política e a sociedade civil como elementos constitutivos de uma única entidade, o Estado burguês-liberal moderno.

Terei como fundamento básico para este trabalho os acontecimentos recentes da crise política que o referido país está mergulhado há dois anos, e as notícias são divulgadas mundialmente. É perceptível que nenhum governo eleito democraticamente até hoje em Guiné-Bissau, consegue totalizar a sua legislatura, o entrave é, devido às sucessivas violações da constituição da república com golpe de estado e desrespeito as instituições democratas, as respostas a tais situações acima citada podem ser buscadas em diferentes governos e dos partidos sucessivos que governaram o país neste período, os atores da política do projeto da modernidade e impregnadas no debate contemporâneo, dentre essas perspectivas, podemos identificar tanto as que são suporte ideológico e político à hegemonia burguesa quanto as que defendem a luta pela construção de um Estado radicalmente democrático, desde baixo, com ampla participação da sociedade civil. Afirmando assim, Bobbio (1988, p. 203) aponta que

Sem direitos do homem reconhecidos efetivamente protegidos não existe democracia, sem democracia não existe as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos que surgem entre indivíduos, entre grupos e entre as grandes coletividades tradicionalmente indóceis e tendencialmente autocráticas que são os Estados, apesar de serem democráticas com os próprios cidadãos.

O ponto de partida para a discussão será a teoria neomarxista do Estado. Chamo de neomarxismo a corrente de estudos que vou trabalhar o papel do Estado na sociedade capitalista no interior do para-

digma marxista a partir da década de 80, após um longo período de distanciamento da problemática. Acredito que esta perspectiva de análise apresenta grande valor explicativo das ações do Estado ao que diz respeito a inclusão social. O destaque dado pelos autores marxistas, tanto clássicos como contemporâneos, aos interesses dos atores, assim como a ideia de que a burguesia na maior parte das situações históricas se constitui no principal ator político na definição das ações do Estado, isso se constata na nossa sociedade Guineense, encontra respaldo direto na forma como se desenvolve a luta política, e por esta razão esta teoria será adotada como referência para a discussão travada aqui.

O golpe de estado em Guiné-Bissau do ano acima citado causou desilusões a certas camadas da sociedade, principalmente adolescentes e jovens. Quiçá trazer alguns subsídios visando a melhor compreensão, que se desenrola ao entendimento de Gramsci indica claramente que sociedade política e sociedade civil são duas categorias interligadas, assim como a coerção e o consenso. E também, de que o domínio da sociedade política e a direção da sociedade civil estão sempre interlaçados e reforçam um ao outro.

Emmanuel Wallerstein, sociólogo estadunidense, por sua vez, entende o desenvolvimento da seguinte maneira: para ele, o mesmo é, sem margens para dúvidas, o “único objetivo social capaz de encontrar uma aceitação unânime da sociedade”. E isso independe totalmente das nossas cores partidárias, dos nossos pertencimentos, das nossas convicções etc., o que quer dizer, por exemplo, que tanto um “esquerdista” quanto um “direitista” fazem seus discursos em torno de um único fenômeno, o *desenvolvimento*; e a forma de logra-lo talvez que possa ser diferente, mas o objetivo não deixa de ser o logro do mesmo (WALLERSTEIN, 2006).

Este trabalho delimita-se o período de 1999 a 2016. A escolha deste intervalo se justifica pelo os acontecimentos incluindo a guerra civil de 1998 e o primeiro golpe de estado em 1980, na época o país estava na administração do partido único, Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que tinha orientação de política planificada nos moldes socialista. Assim, o presente artigo pretende contemplar os cinco momentos de golpes de estado naquele país, não deixaremos de relacionar as condições sociopolíticas, econômicas e o sistema democrático que o país adotou que é a democracia representativa subjacente a cada período em questão. A concepção da hegemonia esta relacionada, então, à socialização do poder, à efetiva construção democrática que implica a superação entre “dirigentes” e “dirigidos”, entre “governantes” e “governados”. A plena manifestação dessas novas relações só ocorre “quando a classe que chega ao poder se torna Estado” (LIGUORI, 2003, p. 181), quando conquista o poder. Segundo Gramsci (2002, p. 62),

Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente”.

O trabalho pretende trazer, em retrospectiva, o processo sócio histórico da criação da elite política, a formação do estado nação guineense, a liberação da democracia do País e as dificuldades frente ao processo de institucionalização do jogo democrático. Considerando que esta sucessiva ocorrência de golpe de estado seja um indicador forte da baixa institucionalidade da comunidade política da Guiné-Bissau, democracia formal, a chamada democracia burguesa, amplos direitos de oportunidade, em que todos têm direito de votar ou ser votado como cidadão, isso implica a leis universais de todos os cidadãos do mundo, infelizmente o que não ocorre no país em questão.

2 Democracia representativa e participativa, mudanças políticas e inclusão social

A constituição de 1996 e as perspectivas democratas então vigentes definiam um jogo de referências dos colonizadores a partir das quais as questões em pauta eram formuladas na base da indicação do país colonizador sobre os possíveis rumos do país. Era um debate de múltiplas entradas e saídas no cenário político Guineense, seja no registro dos arranjos institucionais que seria capaz de viabilizar política eficaz no combate a pobreza, seja no registro da ampliação dos direitos sociais e inclusão, o sentido polemico e crítico das noções de direitos sociais e da inclusão e cidadania também se configuravam como referência do colonizador pela qual se colocava em perspectiva a história passada e a as possibilidades de superação do que então era percebido como entraves e obstruções na direção de uma sociedade mais justa e igualitária e for articulada a uma incorporação à agenda política das forças opositoras que se articulam dentro dos atores políticos na transição democrática, como o fim do regime militar. No século XIX, por exemplo, as principais funções do Estado estavam restringidas à manutenção da segurança pública interna e da preservação da propriedade privada e a defesa das fronteiras em caso de ataques externos advindo de outros Estados, isto está bem explícito na constituição da Guiné-Bissau.

No tempo seguinte, como o adensamento e expansão cada vez mais crescente da democracia, as responsabilidades e funções do Estado também se diversificaram e expandiram. O século XX é marcado pelo surgimento de uma nova e importante função do Estado, a promoção do bem-estar social e de inclusão. Essa nova demanda social, o bem-estar, requer do Estado uma atuação diferenciada e mais diretamente ligada aos problemas cotidianos da sociedade, como: saúde, educação, urbanização das ruas públicas, água potável e saneamento básico. Entretanto, o próprio Marx, em obras específicas, procurou investigar de diversas formas como o poder dos dominantes era exercido e como o Estado parecia se tornar autônomo em relação à sociedade civil no interior de sua estrutura, ele explicou que existiam diversas instâncias administrativas. São os níveis decisórios de poder, controlados de maneira conflituosa pelas diversas frações da classe burguesa dominante. É neste contexto que surgem as políticas públicas com o objetivo de dar respostas às demandas específicas da sociedade, a pobreza Guineense não deixa, de fato de ser enigmática, numa sociedade que passou por mudanças de regimes, teve a experiência de conflitos político militar diversos, mobilizações e reivindicações populares, que mal ou bem fez sua entrada na modernidade e proclama, por isso mesmo a universalidade da lei e dos direitos, nela sacramenta o país das organizações internacionais e da África ocidental, no caso Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental - CEDEAO.

No entendimento de fazer a configuração de uma sociedade com uma inclusão social e direitos a todos, torna-se essencial refletir o modo de figurar e problematizar os conflitos da sociedade Guineense tecidos nessa espécie de fissura entre a história passada da guerra da luta armada para independência do País. No decorrer dos anos 80 a história do país foi revisitada de ponta a ponta, de um golpe de estado que expulsaria o então presidente da República, colocando em foco tradições ou matrizes históricas que conformaram instituições e Estado, economia e sociedade cultura e representações simbólicas. O que não pode ser deixado de ponderar é o Estado que não pode em nenhum momento parecer invisível na tomada de decisão quando o cidadão precisa, principalmente quando o cidadão mais precisa do Estado ou governo para intervir nas problemáticas tanto internas como externas.

Para Weber (1999, p. 191),

Por ‘dominação’ compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato em que uma vontade manifesta (‘mandado’) do ‘dominador’ ou dos ‘dominadores’ quer influenciar as ações de outras pessoas (do ‘dominado’ ou dos ‘dominados’), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas deliberações (‘obediência’).

Desse sentido da revolução, como sabemos que faz parte de uma longa (e não isenta de ambiguidade) linhagem do pensamento social dos guineenses, que acreditava e acreditam até hoje que a solução de o país se libertar da arbitrariedade dos homens da política seria sempre um golpe de estado e que teve também a sua tradução nas polêmicas que atravessaram os anos 80 de um golpe de estado, revistado sua história, instituições e tradições por referência ao que aparecia como mais um momento na sempre difícil e ambivalente “formação” do país na sempre adiada superação das várias incompletudes de sua história. Nessa construção interrompida, como dizia Celso Furtado em um livro publicado já no início da década, o lugar da pobreza na sociedade Guineense também fica alterado (sempre fica alterado) porque durante décadas a pobreza foi figurada como sinal de um atraso que haveria, quem sabe, algum dia de ser superado pelas forças do progresso, agora aparece como cifra de nossa própria modernidade que queremos que apenas acompanhe as tendências consideradas inelutáveis no mundo inteiro em tempos de globalização e aceleração tecnológica.

Assim, Faria (2003) faz uma breve análise interessante da evolução do conceito de políticas públicas que evidencia a complexificação por conta da participação dos novos atores frente ao mesmo. Ela argumenta que inúmeros trabalhos científicos têm apontado para diversas formulações desse conceito. Segundo ela, os processos cada vez mais complexos, bem como a participação de novos atores políticos, teriam deixado os modelos tradicionais de análises incapazes de interpretar essa nova realidade. A seguir, um trecho importante em que se encontra esse pensamento:

Nas duas últimas décadas, porém, os estudos acerca da interação entre os atores estatais e privados no processo de produção de políticas públicas têm sofrido significativas formulações. Uma grande variedade de pesquisas empíricas e de ensaios de natureza teórico-conceitual tem demonstrado a incapacidade dos modelos tradicionais de interpretações dos mecanismos de intermediação de interesse, o pluralismo, o corporativismo, o marxismo em suas várias derivações, de dar conta da diversificação e da complexificação desses processos, muitas vezes marcados por interações não hierárquicas e por um abaixo grau de formalização no intercâmbio dos recursos e informações, bem pela participação dos novos atores, como, por exemplo, organizações não governamentais de atuação transnacionais e redes especializadas (FARIA, 2003, p. 21).

Na atual conjuntura do país, (atualidade) de múltiplas referências, diante da diversidade do conceito de políticas públicas, destaca-se o pensamento de Teixeira (2002), que desenvolveu um conceito que aborda elementos de uma definição clássica (alocação de recursos públicos e desenvolvimento de ações a partir de regras definidas pelo Estado e sociedade), mais atenta também para omissão em determinadas ações que fazem parte das políticas públicas. Dessa forma, para Teixeira (2002, p. 3) políticas públicas

São diretrizes, princípios norteadores de ação de poder público; regras e procedimentos para as relações entre o poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explícitas e sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas e linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade

entre as intervenções e declarações de vontade as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não ações”, as omissões como forma de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam o cargo.

E, aqui, o Estado representa, também, “o instrumento para adequar a sociedade civil a sociedade política”, anulando muitas autonomias das classes subalternas, pois a ditadura moderna ou contemporânea, ao mesmo tempo em que suprimiu algumas formas de autonomia de classe empenha-se em incorporá-las na atividade estatal; isto é, a centralidade de toda a vida nacional nas mãos das classes dominantes torna-se frenéticas e absorventes. No mundo concreto, a estrutura do Estado está organizada sob formas de Secretarias ou Ministérios de Estado. Quem ocupa esses postos acaba por deter uma parcela real de poder político. Por isso, esses cargos são muito disputados pelos membros do partido (ou da coligação de partidos) que está no poder. Por isso, Marx (1848) afirmou que a conquista do Estado é o objetivo da luta política e o principal espólio do partido vencedor.

3 A utopia do desenvolvimento e tensões políticas

Passados 44 anos da declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau feita pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em 1973 e 43 anos do seu reconhecimento por Portugal e grande parte da comunidade internacional, estamos agora numa boa distância crítica para indagar o quanto os projetos e sonhos caros aos nacionalistas que combateram os Portugueses foram realmente alcançados e implementados. Em primeiro lugar, chamo atenção para o fato que estamos nos referindo a projetos e sonhos, e não as coisas acabadas, manuseáveis e sólidas, como as instituições. Mas: insistimos na forma plural, o que pressupõe algum nível de competição e de disputa, de tensão e de conflito. Em segundo lugar, alcançar e implementar o que quer que seja demanda de quem observa e avalia alguma unidade de medida ou uma nação (Sociedade). Sabemos todos que, projetos, por mais bem executados que sejam, sempre deixam zonas de sombra, dimensões inconclusas, partes mal-acabadas e recantos que carecem de retoques. “E os sonhos de uma Guiné-Bissau desenvolvida”? Ah, estes esvanecem no ar e, como as nuvens, mudam inconstantes e voluntariosos de figura.

Para Trajano Filho (2010, p. 157),

A primeira hipótese é, então, que o projeto nacionalista que derrotou pela luta armada o colonialismo português na Guiné foi uma das formas encontradas pela sociedade Guineense de vislumbrar para si um devir coletivo “emergência estrutural” rumo ao tão sonhado desenvolvimento. Porém, se a ideia Combatente de uma nação guineense continha, como deve conter, algum germe de integração das diferenças existentes na vida colonial (entre os mais variados grupos étnicos, as muitas unidades políticas tradicionais, associadas ou não, exclusivamente ou não, aos grupos étnicos, as posições de classe que se consolidavam, os grupos de status, e as muitas outras unidades de natureza corporada), tal integração tomava a forma da típica incorporação antropofágica que estruturalmente caracteriza a reprodução das sociedades crioulas.

A situação de “emergência estrutural” e de pós-conflito que a Guiné-Bissau vive exige uma intervenção sustentável para evitar eventuais futuros conflitos e assegurar a transição para um Estado mais estável e propício ao desenvolvimento. A criação de ligações entre a paz, à segurança e o desenvolvimento é frequentemente uma preocupação prioritária em situações de fragilidade. O grande realista/estruturalista, teórico das Relações Internacionais, chamado Kenneth Waltz, afirma em uma das suas obras intitulada: “**Teoria da política Internacional**” de 1979 que, para mudar qualquer

regime ou sistema, tem que, antes de qualquer coisa, mudar nada mais e nada menos que a própria estrutura que o sustenta, caso contrário, não adianta, tudo continuará na mesma, o que significa que a Guiné-Bissau precisa urgentemente de uma mudança tremenda na sua estrutura/sistema. Mormente no campo político. A grande dificuldade detectada, reconhecemos, será encontrar os meios que consigam responder ao mesmo tempo aos desafios de curto, médio e longo prazo que o país enfrenta com as várias reformas em curso, num cenário de recursos financeiros, materiais e humanos exíguos e de equilíbrios políticos, econômicos, financeiros e sociais instáveis.

Nesta ordem de ideias, vale salientar que a Guiné-Bissau tem enveredado por esse mesmo caminho o de alcançar o desenvolvimento, dando pontapé de saída com a [gloriosa] luta de libertação nacional, e posteriormente com a implantação do regime democrático etc. Ora, diante disso, e, mais ainda, pelo que o país recém-independente tem vivido – podemos afirmar que o desenvolvimento ali é uma realidade? Bom, cremos que não. Para ser sincero, não! E é uma utopia? Isso sim subscrevo com toda veemência. Não se trata de ser pessimista, muito pelo contrário, é uma constatação da realidade do país, pelo menos, o que tem se vivenciado até hoje, ou seja, até o exato momento em que estamos ponderando a problemática. O desenvolvimento não é uma realidade porque ainda há muita pendência, muitos problemas para resolver, problemas estes que são estruturais, até porque na Guiné-Bissau sempre se repetiram os mesmos problemas, mesmas tensões, principalmente no campo político e militar, este particular, que a nosso ver, é a principal fonte de conflitos que o país tem conhecido ao longo da sua história e que, infelizmente, impacta direta e negativamente na vida social do mesmo, o que não pode continuar; sendo necessário, deste modo, uma profunda mudança. Mas mudar como, mudar o quê?

Então, já que não é realidade é, então, uma utopia; uma utopia porque cremos que ainda haja muita coisa para afinar, para ajustar –, para que possamos realmente marchar rumo a concretização do desejo de todo e qualquer cidadão guineense – que é o de alcançar o desenvolvimento efetivo e sustentável. Todos os setores da sociedade ainda deixam muito a desejar e ainda não conhecem avanços consideráveis que necessitam. As lutas e dissensos políticos desnecessários dos últimos tempos têm auxiliado a vilipendiar e a ofuscar o anseio/esperança da sociedade Guineense, nação essa que nada mais anseia a não ser uma Guiné-Bissau melhor e mais próspera para se viver. A nação (Sociedade Guineense) quer mudança? Acreditamos que sim, aliás, temos certeza que sim. Mas quem vai proporcionar essa mudança, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União Africana (UA), a Organização das Nações Unidas (ONU)? Se sim, como? Com acordos sub-regionais sem efeitos? Cimeiras sem soluções conclusivas? A nosso ver precisamos caminhar com o nosso próprio pé, é chegado o momento de abriremos os olhos, momento de unirmos, de conjugarmos as sinergias e trabalharmos juntos para o bem-estar da nossa querida Guiné-Bissau. Só os Guineenses, só a nação (Sociedade) os filhos da terra é que podem fazer evoluir aquela nobre terra, evoluir em todos os sentidos. Ninguém e nem nada de forma isolada, nem nenhuma organização sub-regional, continental ou global vai fazer desenvolver o nosso país. Em suma, o desenvolvimento, no nosso ponto de vista, ainda continua uma utopia/sonho, mas não uma impossibilidade. Continuamos a depender exclusivamente de nós mesmos para chegar aonde quisermos, para convertemos o nosso país em uma referência, não só uma referência em nível da nossa sub-região, mas quiçá para a África em geral, senão uma referência global, considerando as potencialidades existentes.

4 Considerações

A partir do problema central deste artigo, buscamos refletir como o Estado (Governo) estabelece uma liderança sobre a sociedade civil, evidenciando as marcas pela herança autoritária do Estado colonial português e a agenda política do Partido Africano para a independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que era partido único no país. O colonialismo marcou a história de Guiné-Bissau e na atualidade a modernização com o novo estado nacional busca manter equilíbrio político a despeito das diferenças religiosas, étnicas e tribais. Neste sentido iniciou-se a análise com a retrospectiva dos acontecimentos que marcaram os conflitos de natureza política, militar e a divisões étnicas durante e após a transição a democracia. Vale salientar que a origem do PAIGC ocorreu com a luta armada contra o colonialismo português, que durou quase mais de 11 anos.

Depois da independência, em 1974, o PAIGC lançou o seu projeto para a construção de uma nova estrutura social que garantisse a melhoria de qualidade de vida digna para a nação (Sociedade em geral), mas o partido que libertou o país da colônia teve dificuldades na implementação do seu programa (projeto) menor do Estado (Governo), que era o desenvolvimento econômico e melhorias das condições de vida dos cidadãos, mostrando-se incapaz para enfrentar a nova realidade em todos os espaços da vida social. Bem, entender a formação política do país torna-se necessário e fundamental para todos os cidadãos perceberem que não houve cuidado quando da liberação política, na medida que não se levaram em consideração as particularidades do país. Confiaram esse papel a uma elite dirigente, incapaz de dirigir um Estado falhado e fraco, fruto de herança colonial. Não seria possível analisar a ordem política da Guiné-Bissau como um todo, e o esforço deste artigo concentra no sentido de buscar entender o fenômeno do golpe de estado (instabilidade política), a partir da sua origem e consequência para uma democracia representativa, participativa ou inclusiva.

Public policies as utopia for Guinéa-Bissau and the falacity of democracy

ABSTRACT

This article proposes to the analysis of a utopia (dream) the notion (Guinean society) the promise of the development of Guinea-Bissau, a false and full of illusions created by State (Government) to improve life in the main structures of the State, as : The area of health, education, urbanism and social inclusion, but only the country's structural crisis in terms of public social, educational and state institutions, it can be said that the situation was mainly due to the The incapacity of the single African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC) in power that united two nations that shouted in the Hymn that were common to them (Branches of the same trunk). Guinea-Bissau has a heterogeneous social structure, made up of approximately twenty ethnic groups, and some of them already extinct. Like many African countries, this social composition combined with low levels of literacy and extreme poverty have been problems that hamper the functioning of institutions. However, officially the existence of the ethnic component continues to be neglected by the public power and sometimes by some careless analysts with the local political-social scene as one of the obstacles to the national democratic process, nevertheless, of the construction of a true nation.

Keywords: Public Policies. Utopia. Representative Democracy.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Nova ofensiva do capital do sindicalismo e as perspectivas do trabalho: o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, F. J. S. et al (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996.

AUSTIN, J. *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BARBOSA, H. Os Indígenas da Guiné Perante a Lei Portuguesa. **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP)**, v. 6, p. 343-362, 1947.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

_____. **Estado, Governo e Sociedade civil: Para uma Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____. **O futuro da democracia**. São Paulo: Editora Terra, 2000.

BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade histórica da pesquisa no serviço social**. 2005. 342 F. Tese (Doutorado em Serviço social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

DURKHEIM, É. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Presença, 1989.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A política da avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

_____. **Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21. 2003.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LOPES, C. **A Transição Histórica na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1987.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SILVA, A. E. D. **Invenção e Construção da Guiné-Bissau**. Lisboa: Almedina, 2010.

SOUSA, J. S. **Amílcar Cabral: Vida e morte de um revolucionário africano**. Lisboa: Nova Vega, 2011.

TEIXEIRA, E. **O local e o global: limites da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2002.

TRAJANO FILHO, W. O precário equilíbrio entre improvisação e regras: Reflexões sobre a cultura política da Guiné-Bissau. **Revista de Antropologia**, v. 51, n. 1, p. 233-266, 2008.

_____. **Rumores**: Uma narrativa da nação. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

WALTZ, Kenneth Neal. **Man the state, and war: a theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Capitalismo histórico**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MINIBIOGRAFIA

Antônio Evaldo Almeida Barros

Graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (2005) e Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, (2007). Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela UFBA (2012). Desde 2001, pesquisas sobre processos identitários, festas e culturas populares no contexto do Maranhão Republicano. A partir de 2008, iniciou sua incursão no continente africano, precisamente na África do Sul, realizando pesquisas sobre as relações entre memória e nação.

Euclides Mendes de Carvalho

Graduação em Comunicação Social – Relações Públicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (2014). Mestrado em andamento em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (Início 2017. Conclusão é 2019). Produções nas temáticas: Na área de ciências sociais, Estado, Cultura e Políticas Públicas. Experiência na área de Comunicação, com ênfase em Relações Públicas e demais áreas afins, publicidade e propaganda, assessoria de comunicação e jornalismo.

Aylana Cristina Rabelo Silva

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (2016). Especialização pela Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – HUUFMA (2018). Mestrado em andamento em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão –UEMA (2018 – atualmente). Produções com enfoque nas temáticas: lutas sociais da classe trabalhadora, questão agrária e política de saúde.